

Empresarialismo urbano e qualidade de vida: mudanças estruturais na gestão em Salvador?*

Antônio Sérgio Araújo Fernandes**

Sumário: 1. Introdução; 2. Empresarialismo urbano em Salvador: turismo e indústria cultural; 3. Qualidade de vida diante do "projeto global" de cidade; 4. Considerações finais: identidade social ou carnavalização da cidadania.

Palavras-chave: empresarialismo urbano; qualidade de vida, turismo e consumo cultural.

Este artigo discute o papel das cidades no contexto da globalização, bem como dos governos locais, que passam a desenvolver ações em parceria com o setor empresarial, visando ao potencial mercantilizável da vida urbana. É discutido o caso da cidade de Salvador, a partir de algumas ações empreendidas pelo governo estadual entre 1992 e 1994, buscando-se mostrar como sua estratégia de ação quis consolidar um projeto de cidade turística voltada para o mercado de consumo cultural e de lazer. O artigo desenvolve um paralelo analítico entre este "plano de cidade" e a qualidade de vida de sua população, visando a avaliar em que medida os benefícios do espírito empreendedor urbano são apropriados ou se tornam um custo para a população da cidade.

Urban entrepreneurship and quality of life: structural changes in the urban management of Salvador?

This paper discusses the role of the cities in the globalization context, as well as that of the local governments, which start to develop partnerships with the business sector, seeking the marketing potential of urban life. The paper discusses the case of the city of Salvador, through a few initiatives undertaken by the state government from 1992 to 1994, and tries to show how the government's strategy of action and management intended to consolidate a touristic city project, focused on a leisure and culture consumer market. The paper develops an analytical parallel between this "planned city" and the quality of life of its population, in order to evaluate to what extent the benefits of urban entrepreneurship are adequate or become a cost to urban population.

1. Introdução

A ordem atual da economia internacional, com a globalização e a conseqüente crise dos regimes de acumulação fordista-keynesianos,¹ redefine o papel dos go-

* Artigo recebido em dez. 1996 e aceito em abr. 1997. Este texto é parte do projeto de dissertação do autor, ora em desenvolvimento no MDU/UFPe, sob a orientação do professor Marcus André B. C. de Melo.

** Pesquisador do NPGA-EA/UFBA e mestrando em desenvolvimento urbano e regional pelo MDU/UFPe.

¹ O regime de acumulação fordista-keynesiano (que tem sua origem no pós-guerra, seu apogeu nos anos 60 e sua decadência no início da década de 70) ocorreu de modo mais ou menos intenso e simultâneo em vários países da América e Europa ocidental, bem como do Sudeste asiático e Oceania, o que gerou uma configuração mundial de difusão deste regime. As características fundamen-

vernos locais das grandes e médias cidades brasileiras, ao mesmo tempo que estimula os gestores públicos a desenvolver estratégias de ação amplamente sintonizadas com o momento da economia mundial. A transformação no modo de administrar a cidade pelos governos locais nas últimas duas décadas tem raízes e implicações de cunho macroeconômico global substanciais (Harvey, 1989b).

O que se observa na contemporaneidade é que, com a fragmentação espacial, provocada pelos movimentos de globalização² econômica, a figura da cidade tomou uma dimensão de importância e papel que antes não ocorria na geografia político-econômica mundial. Cada vez mais, hoje, as cidades adquirem um forte protagonismo tanto na vida política quanto na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação. A cidade neste momento assume definitivamente a centralidade na criação e dinamização de bens simbólicos e do bem-estar de sua população (Castells & Borja, 1996).

Segundo Pedro Geiger (1995), o conceito de cidade mundial privilegia os circuitos financeiros que nela atuam. Neste sentido, o primeiro lugar na hierarquia dessas cidades é formado por Nova York, Tóquio e Londres (principais praças financeiras do mundo); o segundo lugar é composto por Los Angeles, Frankfurt e as grandes cidades da Europa ocidental; o terceiro está nas cidades que exercem articulação e dominância financeira nacionais, como é o caso, no Brasil, da cidade de São Paulo.

tais do fordismo-keynesiano residem: a) na existência de um modelo de acumulação de capital intensivo (fordista), onde o crescimento da produtividade de bens de consumo era contrabalançado por um crescimento quase igual do poder aquisitivo dos assalariados, dando a equação crescimento do salário = crescimento da produtividade + crescimento dos preços; b) na existência de um forte Estado regulador e interventor que, ao lado do sistema produtivo, garantia a reprodução e estabilização deste regime de acumulação via controle da demanda, benefícios sociais e também gestão do mercado de trabalho, garantindo o pleno emprego com políticas tripartites (empresas, Estado e sindicatos). Este regime de acumulação determinou no mundo um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada e modernista, com a hegemonia econômica dos EUA. A crise do paradigma industrial, a partir da década de 70, com a desaceleração da produtividade e o crescimento da relação capital/produto, aliada a uma crise internacional de demanda, conduziu a uma queda de lucratividade do capital, o que também ocasionou uma crise do Estado providenciário. A emergência de novas economias crescentes como o Japão e Alemanha retira a posição hegemônica dos EUA, e a produção flexível, despadronizada, desregulamentada, aberta, livre e calcada no rápido e veloz desenvolvimento tecnológico (informatização, robotização, automação, teleinformação etc.) e nas novas formas de relação de trabalho (terceirização, subcontratação etc.), aparece como uma nova saída de sobrevivência para os regimes capitalistas desenvolvidos dentro da crise (Harvey, 1989a; Lipietz, 1985, 1988, 1991).

² O termo globalização, que hoje se encontra de certo modo mitificado, tem sua origem propriamente dita no começo dos anos 80, nas escolas americanas de negócios de Harvard, tendo sua difusão e disseminação mais ampla no meio jornalístico. Com o decorrer do tempo, este termo tomou um sentido político-ideológico de cunho pejorativo, de uma associação imediata a um fenômeno genuinamente novo que ocorria na macroeconomia mundial. De forma bastante resumida, podemos considerar que a globalização se configura numa nova etapa do progresso tecnológico e de acumulação financeira de capitais que caracteriza um estágio mais profundo e mais intenso da internacionalização da vida social, cultural, econômica e política do capitalismo contemporâneo. Assim, a globalização aqui não é vista como "modo de vida" (como consideram alguns cientistas sociais e economistas), e sim compreendida como uma evolução natural do processo de internacionalização econômica mundial (Castells, 1995; Coutinho, 1995).

O que queremos mostrar é que longe de ser um processo de abertura e inserção econômica homogêneo, a globalização das cidades segue uma lógica de financeirização³ e de evolução dos antigos e ainda hegemônicos grandes blocos dominantes da economia internacional.

Apesar de gerar um processo de dominância financeira, a internacionalização, ou globalização econômica, leva também a uma abertura de fronteiras entre nações em quase todos os setores da economia, o que acaba por acarretar uma competição direta entre cidades por emprego, recursos e capital. Assim, é possível hoje, para qualquer cidade, colocar à disposição do mercado mundial seus mais importantes serviços e atrativos diferenciais, calcados em sua principal vocação econômica.

É nesse sentido que a internacionalização do capital e a mundialização da produção minaram a gestão das economias nacionais, o que acarretou um reforço do papel empreendedor dos governos locais (Melo, 1991). Os governos locais se convertem em atores ativos da cena urbana (desenvolvendo parcerias com empresas multinacionais globais), voltados para a produção econômica local. Isto significa, de certo modo, a mercantilização da vida urbana. São típicos dessas ações locais o desenvolvimento de complexos turísticos e de lazer, centros de exposição, *shopping centers* e centros tecnológicos, e as operações de restauração de conjuntos históricos (Melo, 1991).

Essas novas estratégias de ação que os governos locais passam a empreender podem ser interpretadas a partir do que Harvey (1989b) chama de empresarialismo urbano, isto é, um conjunto de ações com efeitos nas instituições urbanas e nos ambientes urbanos construídos, que visam a potencializar a vida econômica através da criação de novos padrões e estruturas urbanas de produção, mercado e consumo. Três aspectos são fundamentais neste conceito:

- a) a atração de fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego;
- b) compatibilização de interesses públicos e privados e, conseqüentemente, a atuação conjunta e permanente do poder local com o setor empresarial na concepção e execução de projetos urbanos;
- c) opção preferencial por ações e intervenções pontuais na escala do lugar (da cidade) e não do conjunto territorial metropolitano (Harvey, 1989b).

³ De acordo com José Carlos Braga (1992), as mudanças nas finanças têm constituído uma dinâmica econômica internacionalizada, baseada numa verdadeira macroestrutura financeira de âmbito transnacional, originada nos EUA a partir dos anos 60 e transposta também em termos nacionais para alguns países importantes da Europa ocidental e da Ásia. A financeirização econômica é a expressão geral das formas atuais de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo contemporâneo. As fronteiras rígidas entre capital industrial e capital financeiro não mais existem hoje e é nos grandes mercados financeiros mundiais (Londres, Tóquio, Nova York e Frankfurt) que é decidido o tamanho e o volume, bem como o destino dos maiores investimentos mundiais.

O empresarialismo urbano reside, portanto, na associação público-privada, almejando investimento e desenvolvimento econômico através da construção especulativa de espaços dentro da cidade que respondam a objetivos econômicos e políticos imediatos (Harvey, 1989b).

Dentro desse escopo teórico é que este artigo procura discutir o caso da cidade de Salvador, a partir de algumas ações empreendidas pelo governo estadual entre 1992 e 1994, tentando mostrar como sua estratégia de ação e gestão, com o desenvolvimento de alguns projetos marcantes para Salvador, visava (dentro de uma perspectiva não só regional ou nacional, mas também internacional/global) à consolidação de um projeto de cidade turística voltada para o mercado de consumo cultural e de lazer.

Ao mesmo tempo, este artigo tem como objetivo desenvolver um paralelo analítico entre esse “projeto global” de cidade e a qualidade de vida da sua população, visando a verificar em que medida os benefícios do empresarialismo urbano voltado para a indústria cultural e do turismo são apropriados ou se tornam um custo para a população da cidade.

2. Empresarialismo urbano em Salvador: turismo e indústria cultural

Uma das decorrências da internacionalização econômica generalizada é o estabelecimento, no setor turístico mundial, de uma nova distribuição espacial, que traz como consequência o crescimento do setor em países até então considerados como detentores de uma economia turística marginal. A redistribuição e a reconcentração do fluxo turístico internacional trazem consigo uma lógica de competitividade que possui como diferenciais de mercado as praias pouco exploradas e o exotismo cultural.

Apesar de seu vasto potencial natural litorâneo e histórico, o Brasil tem uma participação ainda ínfima no turismo internacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Turismo, da Embratur e da Organização Mundial do Turismo (OMT), o Brasil participa com apenas 0,6% do fluxo total internacional e 0,4% da receita. Em 1994 esse fluxo chegou a 1.8 milhão de visitantes no país, dentro do mercado turístico internacional.

O setor turístico baiano, segundo dados do Serviço de Estatística e Informação da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do governo do estado (SEI/Seplantec) (Burman, 1995), representa cerca de 7,4% do fluxo turístico internacional do Brasil e participa com apenas 0,03% do fluxo total internacional no mundo, tendo como principais núcleos turísticos do estado as cidades de Salvador,⁴ Porto Seguro e Ilhéus. Estes dados demonstram uma inserção bastante tímida das principais cidades turísticas da Bahia na economia mundial do turismo.

⁴ O anexo contém alguns dados da Bahiatursa sobre o desempenho do turismo em Salvador no período 1990-95, no que diz respeito ao fluxo de turistas.

A perspectiva da entrada mais intensa da cidade de Salvador na concorrência do mercado turístico internacional, ao contrário do que se pensa, não terá mais a cidade do Rio de Janeiro como sua grande concorrente na captação turística internacional, porém terá as cidades dos países e regiões dotados de mercadoria turística tropical, com exotismo cultural, tais como os países da Ásia oriental e Pacífico (Filipinas, Tailândia, Malásia, Indonésia, Cingapura, Sri Lanka), o México e a região do Caribe, além de algumas cidades de alguns países africanos.

É dentro desse contexto que, a partir de 1991, o governo do estado da Bahia, na gestão de Antônio Carlos Magalhães, passou a empreender um conjunto de projetos para Salvador que caracteriza nitidamente uma estratégia de “globalização” da cidade através do mercado cultural e do turismo. Entre 1991 e 1994, com o estímulo do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur), que previu a aplicação de US\$434 milhões através de recursos do BID, Finame, BNDES, FNE e dos estados beneficiários, aceleraram-se os investimentos turísticos na Bahia. Os projetos pontuais que procuram comprovar o argumento inicial de uma estratégia de globalização da cidade via internacionalização do turismo são: a recuperação do Centro Histórico/Pelourinho, a reforma do Teatro Castro Alves e a recuperação do parque metropolitano de Abaeté.

A realização desses projetos urbanos mostra o caráter empreendedor do governo do estado no sentido de dotar Salvador de equipamentos capazes de inseri-la mais efetivamente na agenda da indústria cultural e do turismo nacional e internacional, ao mesmo tempo que revela um forte apelo de caráter populista (realizado através da mídia) para sensibilização e mobilização da população em torno desse plano de cidade.

A recuperação do Centro Histórico em seu trecho Pelourinho⁵ foi uma operação que teve o objetivo de explorar todo o potencial turístico do patrimônio histórico tombado, e, nesse sentido, a idéia central era transformar um antigo bairro majoritariamente residencial e, em certa medida, “guetificado” num centro cultural e de lazer, sob a forma do que poderíamos chamar de *shopping center* ao ar livre. Como considera Harvey (1989a) com relação ao aspecto de transformação de centros antigos em áreas potenciais de consumo cultural: “a indústria da herança, que não se trata afinal de realismo, mas de uma fachada, de um cenário teatral, de um fragmento inserido num contexto novo e moderno que transmite sobretudo um sentido de alguma busca de um mundo de fantasia, da ‘viagem’ ilusória que nos tire da realidade corrente e nos leve à imaginação pura”.

Segundo dados do Centro de Projetos e Estudos (CPE) da Seplantec (Fundação CPE, 1994), os usos no Pelourinho estão distribuídos da seguinte forma: comércio de roupas e objetos, 25%; indústria e escritórios, 18%; lazer e animação, 17%; artes e ofícios, 15%; residências, 9%; lanches e afins, 7%; serviços diversos, 5%; hotéis, pousadas e albergues, 4%. A primeira etapa da recuperação foi realizada entre no-

⁵ Uma análise sobre a evolução e as mudanças ocorridas no Pelourinho sob diversas óticas disciplinares é encontrada na coletânea de Filgueiras Gomes (1996).

vembro de 1992 e março de 1993, a segunda e a terceira em 1994. O custo respectivo de cada etapa, segundo informações da CPE, foi de US\$11,5 milhões, US\$2,6 milhões e US\$8,2 milhões. A gestão⁶ do espaço possui forte participação do estado, que organiza e desenvolve permanentemente uma agenda cultural para a área, como é o caso do programa “Pelourinho Dia e Noite”, que é gerido pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural do governo do estado (Ipac) e procura alocar espetáculos artísticos para o Pelourinho em cada espaço destinado a shows musicais, peças teatrais, espetáculos de dança, exposições de arte etc. Isso mantém o lugar “vivo” e funcionando quase 24 horas por dia, fazendo com que o Pelourinho esteja apto a receber visitantes a qualquer momento. Apresentam-se diariamente, e em diversos horários, vários artistas nacionais e internacionais, dentro dos muitos espaços abertos (largos, praças e ruas) que compõem o Pelô.

O Teatro Castro Alves (TCA), importante espaço cultural da cidade que se encontrava antes da reforma em péssimo estado de conservação e de certa forma desativado e sem uma agenda de espetáculos, foi, em 1992, alvo de uma intervenção desenvolvida pela Secretaria de Educação e Cultura, no sentido de recuperá-lo totalmente e incrementar novos equipamentos (salões de espetáculo e de ensaio, restaurante, café-teatro etc.). Foram investidos US\$10 milhões num prazo de 10 meses, para reformar um teatro, que ficou composto de um salão principal com capacidade para 1.550 pessoas, 15 camarins, área especial para abrigar o corpo de baile e a orquestra sinfônica, sala do coro, *foyer*, terraço e um café-teatro. Ainda foram instalados recursos de isolamento acústico, cênicos e sonoros de alta tecnologia encontrados em poucas grandes cidades no mundo. Além disso, foi urbanizada uma área de 13.000m² ao redor do teatro. A reinauguração do TCA recolocou Salvador dentro do circuito nacional dos grandes espetáculos internacionais que passam pelo Brasil, além de realçar a força da produção local e receber os principais espetáculos do eixo Rio-São Paulo. Com isso, se estimula o lado cultural mais plural da cidade, que, apesar de ter seu diferencial de mercadoria cultural na valorização de suas peculiaridades locais, traz, com um teatro “padrão Primeiro Mundo”, uma alternativa a mais no complexo cultural de Salvador. Com uma estrutura de gestão e organização que se mostra até agora bastante eficiente, o Teatro Castro Alves hoje oferece ao público de Salvador um ótimo padrão de conforto e excelentes espetáculos nacionais e internacionais em sua agenda anual.

A recuperação do parque metropolitano de Abaeté⁷ (localizado no bairro de Itapuã, área composta de um conjunto de dunas e lagunas) foi também alvo de intervenção do chamado governo ACM. A recuperação caracteriza-se basicamente pela delimitação da área como parque propriamente dito (o que antes não existia),

⁶ A gestão do Pelourinho considerada *parternariat* (ou de parceria), onde sistemas de alianças através de parcerias entre os vários atores sociais (prefeitura e governo estadual, empresários, ONGs, associações, entidades religiosas, grupos culturais etc.) são desenvolvidos visando à sinergia, estabilidade, rentabilidade e cooperação, é um tema discutido em Fischer et alii (1995).

⁷ Sobre a formação, evolução e principais aspectos sócio-antropológicos que caracterizam o espaço territorial da lagoa do Abaeté, ver Guimarães da Silva (1992).

além da instalação de equipamentos e serviços (*boutiques*, áreas para as lavadeiras, que antes desenvolviam seu trabalho na própria lagoa, quiosques para baianas de acarajé, bares, restaurantes, policiamento ostensivo etc.). Além disso, a construção de uma área unicamente dedicada a shows e espetáculos artístico-culturais locais e nacionais estimulou uma visitação pública mais intensa, também tornando esse grande espaço da cidade em mais um dos seus vários *points*. Com um investimento total de US\$3,5 milhões, foram urbanizados 50.000m² num parque que ocupa uma área de 1.200ha. Na recuperação ocorreu também o plantio de 841 árvores e palmeiras, além de 1.800 arbustos. Com a construção da casa das lavadeiras, uma edificação de 330m² com tanques e módulos de apoio onde as lavadeiras passaram a trabalhar, as águas da lagoa foram poupadas da poluição provocada pelos detergentes. A lagoa atualmente mede 16.185m² e tem um volume de 18.744m³. O local também ficou composto de um centro de atividades com 1.421m² que abriga restaurantes, bancas de revista e jornais, lojas de *souvenirs*, de discos, fliperama etc.

Estes três projetos urbanos, descritos aqui de forma bastante resumida, delimitam nossa hipótese quanto ao empresarialismo urbano, do governo estadual em foco, com vistas a transformar a metrópole Salvador numa cidade voltada competitivamente para o mercado turístico nacional e internacional.

3. Qualidade de vida diante do “projeto global” de cidade

O processo atual de grandes transformações urbanas em escala mundial (citado anteriormente) redimensionou o papel do urbano e da região na economia do mundo. A abertura das cidades aos mercados internacionais funciona de modo distinto nos países considerados desenvolvidos ou fortes economicamente e nos países latino-americanos. O que se vê hoje em países latino-americanos, e mais especificamente no Brasil, diante da internacionalização econômica é uma profunda e acentuada segregação sócio-espacial, na qual a convivência urbana é marcada pela existência, de um lado, de componentes urbanos sofisticados (centros bancários e de negócios, zonas comerciais e terciárias superiores, regiões de habitação comparadas aos núcleos urbanos de países centrais) e de outro lado, de uma grande massa populacional excluída da chamada globalização, vivendo em unidades sócio-espaciais desprovidas de qualquer forma moderna de aparato urbano, sem a mínima qualidade de vida (Jaramillo & Cuervo, 1990).

No Brasil, as causas desse processo são históricas e estão vinculadas à evolução da economia e da sociedade brasileira, a qual sempre demonstrou possuir um caráter excludente e socialmente concentrador. Sobre isso afirma Ana Clara Torres Ribeiro (1996): “as marcas da exclusão social na materialidade urbano-metropolitana podem ser consideradas muito mais estruturais do que conjunturais, isto é, como que têm origem na forma histórica da realização da sociedade de classes no Brasil. Na constituição dessa sociedade não devem ser omitidos fatores cultu-

rais e ideológicos legitimadores da segregação e da subalternização de matrizes culturais e de vastas camadas sociais”.

O paradoxo da sociedade dual brasileira nos leva a refletir sobre os níveis de qualidade de vida da população urbana das grandes cidades do país diante do mito atual de vida social urbana “globalizada” e “sofisticada”. É a partir desta inspiração que tentamos relacionar uma estratégia de gestão local empreendedora e níveis de qualidade de vida da população, abordando o caso de Salvador no que diz respeito a alguns indicadores de qualidade de vida que possam ser capazes de mostrar em que medida um projeto de “cidade globalizada” como prioridade governamental influi ou não na melhoria direta das condições de vida da população.

Ao analisar o quadro atual das condições de vida em Salvador a partir de alguns indicadores, podemos notar que a situação da metrópole baiana não se encontra destacada de qualquer outra do Brasil. A cidade de Salvador, terceira mais populosa do país com pouco mais de 3 milhões de habitantes hoje, possui, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (IBGE, 1995) sobre a região metropolitana de Salvador, apenas 1.172.584 pessoas ocupadas em alguma atividade remunerada. Dessas, 414.952 (35,39%) têm carteira assinada, 648.207 (55,28%) percebem até dois salários mínimos, 798.023 (68,06%) percebem até três salários mínimos e 59.641 (5,09%) não possuem qualquer rendimento. Do total de 750.557 famílias morando em domicílios particulares, 317.918 (42,36%) possuem rendimento familiar até três salários mínimos, 435.394 (58,01%) têm rendimento até cinco salários mínimos e ainda 26.182 (3,49%) não possuem qualquer rendimento.

Esses dados retratam a extrema situação de pobreza em que vive a população de Salvador no que diz respeito às suas condições de emprego e renda. Apenas cerca de 35% da população economicamente ativa (PEA) são assistidos por direitos sociais, possuindo carteira assinada, e mais de 70% da PEA não possuem ou percebem rendimentos até três salários mínimos.

Segundo dados da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), em Salvador, apenas 26% da população são atendidos por esgotamento sanitário. Desse total, 13% são atendidos através dos sistemas isolados de conjuntos habitacionais e os outros 13% através da utilização do sistema integrado ao emissário submarino. Esse emissário — localizado na zona sul da cidade, no bairro do Rio Vermelho — lança os esgotos domésticos no oceano desde fevereiro de 1975. Estudos feitos recentemente pelo governo do estado sobre as condições físicas e operacionais do emissário demonstram que ele opera adequadamente e tem condições de suportar o aumento de vazão previsto para os próximos 15 anos. Quanto aos sistemas independentes dos loteamentos e conjuntos habitacionais, são unidades isoladas, com a função de coletar e tratar convenientemente os esgotos produzidos em áreas não atendidas pela rede coletora pública de esgoto. Esses sistemas são projetados e construídos por empresas responsáveis pelos empreendimentos habitacionais, com a aprovação prévia e a fiscalização de técnicos da Embasa.

Atualmente, o governo do estado desenvolve um programa denominado Bahia Azul, para o qual são estimados gastos em torno de US\$600 milhões, com boa parte sendo aplicada em esgotamento sanitário. Entre os projetos, estão o controle dos lançamentos de efluentes na baía de Todos os Santos e o desenvolvimento de projetos de educação sanitária e ambiental. Um dos objetivos do programa é, no prazo de cinco anos, garantir para Salvador um esgotamento sanitário para aproximadamente 80% da sua população, posicionando a cidade como uma das capitais mais bem atendidas por esse tipo de serviço no Brasil.

A cidade de Salvador tem uma expressiva população em áreas de invasões e favelas, sem qualquer infra-estrutura. Esses habitantes ocupam áreas de risco e escavam encostas para ampliar suas casas. Nas franjas dessas áreas ocorrem as concentrações que sobrecarregam o solo nos períodos de chuvas intensas, causando os tão noticiados deslizamentos.

O regime pluviométrico na cidade de Salvador exerce grande influência na dinâmica superficial das encostas. As chuvas, ocorrendo principalmente entre os meses de março e maio, registram nesse período, em média, índices acima de 40% do total anual. Além disso, a ação das águas pluviais nas encostas causa a erosão do terreno, e em situação de encostas ocupadas, onde geralmente o sistema de drenagem é ineficiente e o escoamento é irregular, a consequência é a saturação do solo, causando desabamento de imóveis e provocando o deslizamento de terras.

Segundo dados do *Relatório mensal de ocorrências* da Companhia de Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Salvador (Codesal), o número de solicitações relacionadas a desabamentos em junho de 1995 foi de 2.843. Só no período de 1 a 9 de julho daquele ano foram registradas 215 solicitações relacionadas a desabamentos, 198 pedidos de vistorias, dos quais 160 foram atendidos. Podemos afirmar que essa situação está intimamente ligada ao índice pluviométrico, que no mês de junho foi de 236,8mm, e somente no período de 1 a 9 de julho foi de 47,7mm, acumulando 282,5mm.

Em Salvador são evidentes os altos índices de violência registrados nos primeiros semestres dos anos de 1994, 1995 e 1996, relacionados com crimes contra pessoa. Nesse sentido, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, foram registrados 8.945 crimes contra a pessoa no primeiro semestre do ano de 1994. No ano de 1995, esse número elevou-se para 13.750. No ano de 1996, apenas entre os meses de janeiro e maio, foram registrados 8.345 casos. A diferença do ano de 1994 para o de 1995 foi de 53,72%. Nos meses de janeiro a maio de 1996 esses índices tiveram uma queda de quase 40%, apesar de os valores absolutos ainda continuarem elevados. Esse quadro agudo de violência urbana retrata a situação de medo constante em que vivem as várias classes sociais de Salvador, principalmente os grupos sociais mais pobres, onde a situação de violência é cada vez mais acentuada tanto pela precariedade de policiamento quanto pela incapacidade econômico-financeira desse grupo de contratar sistemas de vigilância privada, o que faz com que as pessoas que moram nos bairros mais pobres da cidade se tornem alvo cotidiano de crimes.

Ainda segundo dados do IBGE (1995), do total de 690.503 domicílios particulares e permanentes em Salvador, apenas 289.650 (41,95%) tinham rede coletora de esgoto, 168.335 (24,38%) tinham fossa séptica e 180.576 (26,15%) possuíam outra forma de esgotamento sanitário. Ainda sobre dados domiciliares, dos 690.503, apenas 218.518 (31,65%) dispõem de coleta de lixo direta, enquanto 313.760 (45,44%) dos domicílios têm o lixo coletado indiretamente e 91.225 (13,21%) possuem outra forma de destinação do lixo.

O exame, mesmo que breve, desses indicadores revela que os níveis de qualidade de vida em Salvador não são diferentes ou são próximos dos de quaisquer outras cidades de porte equivalente, onde pobreza, desemprego, violência urbana, falta de equipamentos e serviços básicos comprometem decisivamente a qualidade de vida da maioria de sua população.

4. Considerações finais: identidade social ou carnavalização da cidadania

Procuramos mostrar que o empresarialismo urbano do governo estadual, apesar de suas ações em algumas áreas sociais como saneamento (com o programa Bahia Azul), não se mostra capaz de intervir de forma mais ampla no forte quadro de desigualdade, pobreza e segregação sócio-espacial que influencia decisivamente a qualidade de vida dos habitantes de Salvador. O que se nota com o desenvolvimento de programas como o Bahia Azul é que, na verdade, a ação governamental nesse caso não pretende intervir diretamente na melhoria das condições de vida dos habitantes. A estratégia essencial é, antes de tudo, procurar despoluir a baía de Todos os Santos e boa parte da orla marítima urbana da cidade, o que vem a somar ainda mais para um projeto turístico/cultural de cidade. Nesse aspecto podemos dizer que, de alguma forma, a inserção da despoluição da baía de Todos os Santos na agenda dos projetos de ampliação do turismo em Salvador vai incorporar e beneficiar boa parte de sua população.

Nos indicadores referentes a emprego e renda, percebe-se que o desenvolvimento acentuado do turismo não possui a contrapartida na geração de empregos, o que nos faz constatar que o turismo não é essencialmente um mercado empregador capaz de absorver um contingente de mão-de-obra substancial. Ao contrário, a indústria turística, além de ter uma capacidade de absorção de mão-de-obra fraca, é ainda excludente, pois é um mercado que necessita de recursos humanos pelo menos medianamente qualificados. Isso dificulta o emprego das camadas mais baixas da população, visto que os níveis de escolaridade básica em Salvador não são muito elevados: segundo dados do IBGE (1995) apenas 56% da população freqüentam escola concluindo pelo menos uma série. Nesse sentido, a ampliação do turismo não vai incorporar nem beneficiar grande parte da população.

Aliada ao empreendedorismo do governo, existe uma forte propaganda ideológica de mídia eletrônica, que transforma a velha ficção tecnocrática num elemento novo, vivo e presente na gestão cotidiana da cidade. Esse emblema faz, de certo modo, com que a população da cidade se sensibilize em torno do projeto do

governo e se esqueça de discutir os problemas que afetam direta e substancialmente sua qualidade de vida. Essa população é levada a adotar uma percepção de que se vive num lugar repleto de festa, luzes, cores, memória, que lhe dá “orgulho de ser baiana”.

Isso nos leva a observar que as campanhas de estímulo e sensibilização do governo estadual possuem o objetivo de reforçar um sentimento de identidade e cidadania (ou seria de falsa identidade e falsa cidadania?), onde se busca desenhar uma face ou representação própria que possa ser reconhecida como tal e que seja uma referência para habitantes e para a cidade em geral.

A estratégia de *marketing* (no que diz respeito ao caráter simbólico) que o governo estadual utilizou na implantação dos projetos citados aqui gira em torno do reforço do significado do “jeito baiano” ou da “baianidade” como mercadoria cultural para o país. Assim, a identidade social representa a cara daquilo que se deseja reproduzir num postal: eis aqui uma imagem de mim como objeto de consumo.

Um fator que se alia no reforço do simbolismo da “baianidade” como elemento estimulador na estratégia de desenvolvimento turístico de Salvador é o crescimento da indústria do carnaval e, mais recentemente, do axé-music. O carnaval baiano, ou o modo baiano de fazer carnaval, mais do que nunca, hoje se comporta como um produto-exportação e um tipo de mecanismo divulgador da chamada “baianidade”. Isso se nota no grande número de carnavais fora de época que ocorrem em diversas cidades do país. A parafernália empresarial do carnaval baiano (blocos, trios elétricos, artistas, produtores etc.) leva as músicas e o “jeito de ser baiano” para todo o Brasil, gerando com a festa um grande número de empregos indiretos e um substancial incremento de receita sazonal para a economia da cidade, através dos serviços que são prestados e dos produtos que são vendidos, sem qualquer prejuízo para o governo local, que participa apenas oferecendo serviços e infra-estrutura básica (policiamento, limpeza urbana, postos médicos e serviços hospitalares etc.). É assim, por exemplo: o Carnatal (Natal, RN); o Fortal (Fortaleza, CE); o Recifolia (Recife, PE); o Precaju (Aracaju, SE); o Micaroa (João Pessoa, PB); o Micarande (Campina Grande, PB); o Micarecandanga (Brasília, DF); o Micario (Niterói, RJ); o Carnacamp (Campinas, SP); e o Carnafloripa (Florianópolis, SC), entre muitos outros.

A idéia de um “projeto global” de cidade como elemento capaz de construir um oásis de cidade rica e harmoniosa foi e é propagado pelo governo do estado como a salvação dos problemas e a perspectiva de um eldorado de felicidade para Salvador. Além disso, existe o fato de não estarem sendo medidos os níveis de sustentabilidade dessa evolução turística em seus possíveis efeitos predatórios para o espaço urbano da cidade. Esse aspecto é omitido da população em geral e tratado com indiferença pela gestão modelo *top-down* do governo estadual.

A busca de estratégias de desenvolvimento turístico para Salvador constitui um aspecto importante para a cidade, mas esse não deve ser o limite. Outras questões hoje se postam na agenda de debates sobre a problemática das condições de vida dessa cidade repleta de contrastes, dualidades e exclusões sociais. Criar es-

estratégias de conciliar um plano de potencialização de Salvador como metrópole cultural e do turismo, com a possibilidade de melhoria nas condições de vida de sua população via investimentos em áreas sociais carentes (tais como geração de emprego, saneamento básico, educação, segurança pública, habitação popular, serviços públicos), é o grande desafio para a gestão local, tanto na esfera municipal quanto na estadual, em suas diferentes áreas de atuação.

O que se nota em Salvador nesse momento é a ausência de uma gestão mais democrática e ética. A gestão urbana atual da cidade — vide o governo estadual em debate — está calcada numa concepção da ordem autoritária e tecnocrática do desenvolvimento econômico, do oportunismo eleitoral e da superposição⁸ de competências, uma vez que o governo estadual deixou de lado completamente a prefeitura no período analisado (a quem compete oficialmente a gestão do município no que diz respeito à implantação e implementação dos seus projetos para a cidade), devido a conflitos político-partidários e a objetivos eleitorais de continuidade administrativa no poder, o que levou a prefeitura a não participar na discussão nem na execução de quaisquer desses projetos.

Uma gestão baseada no senso público e numa modalidade de socialização contextualizada pela expressão das necessidades dos diversos grupos sociais, que pudesse transformar Salvador numa grande mesa de negociações objetivas sobre os rumos que se deseja tomar sócio-econômico e ambientalmente, poderia contribuir na busca de uma vida urbana mais justa e mais efetivamente equânime para esta cidade que é a gênese do Brasil.

Referências bibliográficas

Braga, José Carlos. A financeirização da riqueza. *Economia e Sociedade*. Campinas, Unicamp (1):25-58, ago. 1992.

Burman, Grazia. As novas tendências do turismo. *Bahia: Análise e Dados*. Salvador, SEI, 5(3):119-24, dez. 1995.

Castells, Manuel & Borja, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Cebrap (45):152-66, jul. 1996.

Chesnais, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. *Economia e Sociedade*. Campinas, Unicamp (5):1-30, dez. 1995.

Coutinho, Luciano. Nota sobre a natureza da globalização. *Economia e Sociedade*. Campinas, Unicamp (4): 21-6, jun. 1995.

⁸ Com relação à falta de autonomia governamental da prefeitura na gestão da cidade de Salvador, onde esta esfera de poder quase sempre se mostrou frágil perante o governo estadual na gestão concreta da cidade, ver Dantas (1996).

Dantas, Paulo Fábio. *Espelho na penumbra: o enigma soteropolitano*. Salvador. NPGA/EA-UFBA, 1996. (Dissertação de Mestrado.)

Filgueiras Gomes, Marco Aurélio A. de (org.). *Pelo Pelô*. Salvador. Edufba, 1996.

Fischer, Tânia et alii. Centro histórico de Salvador: A gestão de parceria em novos tempos e novos espaços. In: Fischer, Tânia (org.). *Gestão contemporânea de cidades estratégicas*. Rio de Janeiro FGV, 1995. p. 165-82.

Fundação CPE. *Pelourinho: a pós-recuperação*. 1994. (Carta da CPE, 25/94.)

Geiger, Pedro P. A urbanização brasileira nos novos contextos contemporâneos. In: Gonçalves, Maria Flora (org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1995. p. 23-40.

Guimarães da Silva, Paulo Rogério. *La laguna de Abaeté ou pouvoir et environnement: pratiques, demandes et perceptions sociales à Salvador Brésil*. Paris. Université de Paris III. Iheal, 1992. (Tese de Doutorado.)

Harvey, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1989a.

———. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Analer*, 71-B:3-18, 1989b.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostragem de domicílios, 1995 — região metropolitana de Salvador*. 1995.

Jaramillo, Samuel & Cuervo, Luís M. Tendências recentes e principais mudanças na estrutura espacial dos países latino-americanos. In: Valladares, Lícia & Preteceille, Edmond (orgs.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo. Nobel, 1990. p. 103-119.

Lipietz, Alain. O pós-fordismo e seu espaço. *Espaço e Debates*. São Paulo. Neru (25):12-29. 1985.

———. *Miragens e milagres*. São Paulo. Nobel, 1988.

———. *Audácia: uma alternativa para o século XXI*. São Paulo. Nobel, 1991.

Melo, Marcus André B. C. de. Entre Estado e mercado: mudanças estruturais na esfera pública e a questão urbana. *Espaço e Debates*. São Paulo. Neru (32):73-9. 1991.

Preteceille, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: Ribeiro, Luís César Q. & Santos Júnior, Orlando A. (orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1994. p. 65-92.

Queiroz, Lúcia. O turismo baiano no real e na competitividade internacional. In: *Bahia: Análise e Dados*, SEI, 5 (3): 105-13, dez. 1995.

Ribeiro, Ana Clara Torres. Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas. In: Ribeiro, Ana Clara Torres. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro. Jobran, 1996. p.77-117.

Anexo

Número de hóspedes e indicadores de rede hoteleira classificada Salvador — 1990-95

Período	Hóspede estrangeiro	Hóspede brasileiro	Total	Permanência média	Diárias geradas	Taxas de ocupação por unidade habitacional
1990	204.876	54.084	258.960	3,4	880,5*	42,7
1991	226.967	69.695	296.662	3,5	1.038,3*	44,0
1992	200.675	89.778	290.453	3,6	1.045,6*	47,3
1993	211.995	105.089	317.084	3,8	1.204,9*	53,4
1994	229.342	107.955	327.297	3,7	1.238,5*	54,3
Jan. 95	27.735	11.379	39.114	4,0	156,456	70,3
Fev. 95	18.340	9.235	27.575	4,4	121,330	65,6
Mar. 95	21.136	8.605	29.741	3,4	101,119	57,8
Abr. 95	20.607	8.127	28.734	3,6	103,442	54,4
Mai 95	—	—	19.268	3,1	59,731	37,7
Jun. 95	—	—	20.230	3,3	66,759	36,1
Jul. 95	—	—	29.391	3,9	116,731	54,9
Ago. 95	—	—	27.656	3,4	94,030	48,4
Set. 95	—	—	30.041	3,5	105,143	54,8

Fonte: Bahiaturso.

* Em milhares.

Número de hóspedes nacionais e estrangeiros em hotéis, classificados por origem Salvador — 1990-94

Origem	1990	1991	1992	1993	1994
Estrangeiros					
Argentina	5.061	11.044	25.924	33.948	84.291
Alemanha	6.614	5.100	8.017	9.022	10.829
Itália	9.094	7.559	10.458	10.459	10.417
Espanha	4.741	12.371	10.173	9.189	9.162
França	6.024	3.825	3.706	5.745	6.052
Nacionais					
São Paulo	52.643	58.939	41.853	51.677	66.472
Rio de Janeiro	35.344	38.492	36.512	37.967	36.712
Bahia	31.755	31.432	29.121	30.510	35.535
Minas Gerais	9.920	12.984	8.636	9.831	14.681
Pernambuco	11.348	10.920	13.092	13.664	14.283

Fonte: Bahiaturso.